

# XXVII CONFÉRENCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPEIA

PARLAMENTO EUROPEU – BRUXELAS

15 de novembro de 2022

## DECLARAÇÃO FINAL

A XXVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida no Parlamento Europeu nos dias 15 e 16 de novembro de 2022, sob a presidência de Serge LETCHIMY, Presidente do Conselho Executivo da Martinica, adota a seguinte declaração:

Consciente do contexto atual de guerra na Europa, a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) exprime a sua preocupação pela situação humanitária criada pelos conflitos bélicos, nomeadamente na Ucrânia.

A Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) reafirma o seu compromisso em prosseguir uma parceria privilegiada com a Comissão Europeia, e pretende reforçar um diálogo regular e construtivo com o Parlamento Europeu, o Conselho, e os organismos europeus.

Agradece à Presidente Roberta METSOLA o acolhimento da XXVII Conferência no Parlamento Europeu, testemunho de toda a atenção dispensada à Ultraperiferia.

A Conferência permanece apreensiva com a situação atual, que se segue a uma crise sanitária difícil. A este respeito, partilha as conclusões do estudo realizado pela Comissão Europeia sobre as consequências socioeconómicas da pandemia da Covid-19 nas RUP, tais como o acréscimo das vulnerabilidades económicas e sociais e as desvantagens competitivas resultantes de um isolamento que se agravou. As medidas excecionais permitiram mitigar os efeitos, mas não foram suficientes para garantir que as RUP recuperassem os níveis, já de si preocupantes, em que se encontravam antes da crise.

As múltiplas crises que atingem a Europa têm por consequência afastar as RUP ainda mais do círculo virtuoso da recuperação económica e social sustentável e retardam o seu processo de convergência. Constituem assim um exemplo de regiões, que conhecem uma estagnação, ou mesmo um declínio em termos de dinâmicas económicas, presas na “armadilha de crescimento”, tal como referido pelo recente 8.º relatório sobre a coesão. Quer se trate de taxas do PIB, do desemprego, do abandono escolar ou da pobreza,





estes indicadores permanecem alarmantes para a maioria das RUP por comparação com a média europeia, há mais de 20 anos. A Conferência partilha assim, as conclusões do relatório e, mais concretamente, os desafios identificados, como a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento e de políticas territorializadas.

A Conferência congratula-se, uma vez mais, com o compromisso assumido pela Comissão Europeia, no âmbito da renovação da estratégia a favor das suas regiões, de propor medidas para ajudá-las a superar os obstáculos ao seu desenvolvimento.

Sublinha todo o seu interesse nos trabalhos do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões Europeu para a análise desta estratégia.

Lembra que, se a Comunicação constitui um roteiro das prioridades da Comissão a favor das RUP, este conjunto de ações não pode constituir a única resposta da União Europeia aos problemas com que estas regiões se veem confrontadas.

Esta resposta deverá continuar a traduzir-se em medidas legislativas concretas. A este respeito, a Conferência reitera que velará para que os legisladores europeus apliquem o artigo 349.º do TFUE, sempre que necessário, com o objetivo de salvaguardar os seus interesses.

Neste sentido, acolhe favoravelmente o compromisso dos Estados-membros de prosseguir a adaptação da legislação europeia às realidades das RUP. Este compromisso, para além do mais, foi claramente reiterado nas conclusões do Conselho de 21 de junho de 2022, as quais sublinham o alcance do artigo 349.º do TFUE. Reconhece igualmente a importância do apoio dos parlamentares europeus na defesa dos interesses das RUP.

A Conferência acompanhará igualmente o seguimento que as instituições decidirem dar aos trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa. Deste modo, toma nota da vontade manifestada pela Comissão Europeia e pelo Parlamento quanto à convocação de uma convenção com vista à reforma dos Tratados. Apela desde já à manutenção do estatuto específico das RUP e permanecerá muito atenta ao andamento destes trabalhos, que não poderão, de modo algum, minar ou enfraquecer este estatuto.

Para o efeito, a Conferência dos Presidentes recorda que as características específicas da Ultraperiferia não encontram paralelo em qualquer outra região europeia.

A Conferência recorda que uma grande parte da população de algumas RUP, continua a ser fortemente afetada pelo desemprego e pela pobreza. Observa a extrema urgência de que as políticas públicas ofereçam soluções aos mais desfavorecidos com o objetivo de fortalecer a coesão social.

Em matéria de imigração ilegal, a Conferência reitera a importância de contar com um apoio firme das instituições europeias, com um orçamento territorializado,



especificamente dedicado às regiões situadas nas fronteiras externas da União, que sofrem os impactos destes fluxos com recursos próprios. Além do mais, lamenta a pouca atenção concedida pela Comissão Europeia à situação dos menores não acompanhados para os quais as RUP não beneficiam atualmente de qualquer apoio europeu. Uma solidariedade partilhada de todos os Estados-membros continua a ser absolutamente necessária para encontrar uma resposta global a um desafio comum para a UE no seu conjunto.

A integração regional das RUP nas respetivas bacias, representa uma alavanca para o seu desenvolvimento. Deste modo, as regiões concentram os seus esforços na realização de investimentos estratégicos conjuntos com os seus países parceiros. Para o efeito, o procedimento a seguir para uma efetiva sinergia entre os fundos do Regulamento Europa Global, da Decisão de Associação dos PTOM e do FEDER, torna-se essencial para a sua gestão adequada. Esta sinergia de fundos que visam objetivos diversos, permanece um forte desafio que condiciona o sucesso dos programas INTERREG, os únicos enquadramentos disponibilizados às RUP para cooperar com os seus parceiros.

A Conferência recorda o desafio de melhor quantificar as consequências para as RUP de determinados acordos comerciais celebrados pela União Europeia e reitera o seu pedido de que sejam realizados estudos específicos de impacto dos mesmos sobre as suas economias. Defende o princípio de um diálogo contínuo e da estreita concertação entre as partes envolvidas, integrando também as RUP nas rondas das negociações comerciais. Esta abordagem pode assumir a forma de uma representação das RUP no âmbito da comitologia estabelecida para a preparação, negociação e execução destes acordos.

Em termos de estratégia de luta contra as alterações climáticas, a Conferência recorda que as questões que se colocam às Regiões Ultraperiféricas não são periféricas, mas centrais: clarificam com maior intensidade os problemas com que todas as regiões da União Europeia, de todas as latitudes, se confrontam ou se confrontarão, antecipando-os.

A Conferência reconhece o desafio que a adaptação do pacote “Fit for 55” às características e condicionantes específicas das suas regiões, representará para a Comissão Europeia e salienta que o seu impacto nas RUP deve ser analisado. Considera essencial garantir uma melhoria da sua conectividade com o resto do continente europeu, sem ignorar o efeito adverso que o pacote Fit for 55 poderia ter ao isolar ainda mais estas regiões. Recorda, por exemplo, o risco de os efeitos do referido pacote legislativo sobre o transporte aéreo e marítimo aumentarem os custos e perturbarem os fluxos de transporte de passageiros e mercadorias, com consequências muito graves para as populações de territórios tão distantes do continente europeu; e, portanto, permanece muito vigilante quanto ao andamento dos trabalhos dos trólogos.





É necessário promover a igualdade, a inclusão e o desenvolvimento nas RUP através de medidas que visem compensar o seu défice de acessibilidade. A Conferência insiste na importância estratégica de desenvolver a sua conectividade territorial contínua. Apela à implementação de um apoio adicional, fora do âmbito dos fundos estruturais, no domínio dos transportes, para compensar as desvantagens competitivas e os sobrecustos.

A Conferência congratula-se com os progressos consideráveis no apoio à conectividade digital das RUP, nomeadamente, no que se refere ao mecanismo interligar a Europa, mas apela a que seja assegurada a substituição urgente dos cabos submarinos em fim de vida, a fim de assegurar as ligações transcontinentais.

Dada a falta de competitividade e de diversificação económica estrutural das RUP, é fundamental a manutenção de um tratamento específico no âmbito do quadro regulamentar dos Auxílios de Estado, que permita a concessão de auxílios económicos, fiscais e aduaneiros, e renovar certos dispositivos fundamentais tais como as zonas francas.

Para além do mais, a Conferência recorda as suas contribuições para as consultas públicas relativas à revisão do quadro regulamentar dos Auxílios de Estado e apela a que sejam tidas em conta.

As consequências das crises sucessivas sofridas desde há três anos têm um forte impacto, quer sobre a realização efetiva dos projetos regionais, quer sobre o andamento dos programas operacionais (paralisação da atividade económica, rutura do aprovisionamento, inflação). A Conferência solicita urgentemente o adiamento, por um ano, do encerramento contabilístico dos programas operacionais 2014-2020. Igualmente, presta especial atenção à execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência.

A Conferência toma nota da próxima revisão do quadro financeiro plurianual e permanecerá vigilante para assegurar que a situação das RUP seja devidamente tida em conta.

No que respeita ao POSEI, a Conferência reitera a importância de prosseguir uma estreita colaboração interinstitucional a fim de que o seu orçamento seja reforçado em face da sua suborçamentação crónica e das necessidades reais das Regiões Ultraperiféricas.

A Conferência sublinha a importância de apoiar a renovação da frota de pesca artesanal das RUP, numa lógica de crescimento económico e de soberania alimentar. Reitera a sua contribuição escrita de 15 de março de 2022, e manifesta, uma vez mais, o seu profundo desacordo com o método proposto pela Comissão Europeia, solicitando a resolução da



questão do relatório anual “Capacidades” num quadro alternativo ao da autorização às ajudas à frota de pesca.

Em conclusão, para além dos compromissos, apenas as ações contam para as populações das RUP. Para ser eficaz, qualquer resposta aos desafios da Ultraperiferia requer uma flexibilidade acrescida, segundo uma abordagem “com as regiões e para as regiões”.

Bruxelas, 15 de novembro de 2022



**AÇORES**

**GUIANA**

  
C. SORVILLE

**MAIOTE**

**CANÁRIAS**

**MADEIRA**

**REUNIÃO**

**GUADALUPE**

**MARTINICA**

**SAINT-MARTIN**